

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de S. Paulo Class.: APIR.0001

Data 25/01/86 Pg.: _____

Os incentivos para a ^{AOESP} 25-01-86 Amazônia poderão mudar

A política de incentivos fiscais para a região da Amazônia poderá ser alterada em fevereiro, segundo informou ontem o ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. Para ele, os maiores obstáculos ao desenvolvimento da região são os recursos e a sua própria distribuição, que durante muito tempo favoreceu os projetos de artigo 18 (que favorece os grandes empresários, de fora da região) da lei que criou a Sudam, em detrimento dos projetos de artigo 17, que favorece o pequeno e médio empresário local. De acordo com o ministro, a mudança deverá ocorrer justamente nesses artigos, mas ele antecipa que apesar de a solução favorecer o pequeno e médio empresário, não vai retirar o espaço dos grandes: "O divórcio não vai ser necessário. Vamos promover o casamento de ambos".

Para o ministro, os incentivos fiscais são imprescindíveis, "a alma da política de desenvolvimento da região", por isso devem ser aprimorados e fortalecidos. Costa Couto participou ontem, em São Paulo, do seminário "Incentivo Fiscal para um investimento seguro", promovido pela Associação dos Empresários da Amazônia, que também contou com a presença dos governadores Gilberto Mestrinho, do Amazonas e Jader Barbalho, do Pará; dos superintendentes da Sudam, Henry Kayath, da Suframa, Roberto Cohen e do presidente do Basa, Delide Macedo.

O mais importante no momento, na opinião de Costa Couto, é que todos saibam que a Amazônia vai bem: "A Sudam tem um orçamento digno para 86. São Cr\$ 938 bilhões, mais os recursos da Finam e dos programas especiais: A Suframa também vai bem. Tanto é verdade que de 28 mil empregos, em 84, chegou a 56 mil atualmente. O Basa foi saneado, apresentando em 85 um patrimônio líquido de Cr\$ 500 bilhões. Diante dessa situação, queremos atrair investimentos para a Amazônia. Investidores de todo o País. Não existe xenofobia. Isso precisa ficar muito claro. Já estamos no tempo da Amazônia adulta. Seus empresários já estão investindo, apostando no óbvio: a viabilidade da Amazônia".

Para o governador amazonense, a região está aberta a todo o tipo de investidor: "Não são apenas as indústrias eletroeletrônicas e de infor-

mática que gozam dos benefícios. As isenções tributárias concedidas pelo Estado e municípios são as mesmas para todos os projetos. Por sua vez, o governador do Pará afirmou que sua maior preocupação é promover a infra-estrutura que permita transporte, energia e outros benefícios aos locais onde estão sendo desenvolvidos os projetos, "o que automaticamente beneficia a população local".

Quanto às denúncias a respeito da corretagem feita por aplicadores nos projetos incentivados (artigo 18), Barbalho diz que é um problema do governo federal: "O presidente deveria baixar um decreto, criando impedimentos dentro da própria lei para impedir esses abusos. Está claro que é um abuso que um empresário faça uma aplicação num projeto incentivado visando apenas o recebimento de 35% do valor".

A esse respeito, o presidente da Federação da Agricultura do Pará foi mais enfático: "Muitas vezes os recursos dos próprios incentivos são embolsados pelas empresas. Basta que o projeto seja aprovado, para o grande empresário distribuir seu perfil a corretores, que induzem os pequenos empresários a aplicar para obterem isenção do Imposto de Renda. Isso é um crime, porque, na verdade, o empresário apenas empresta seu nome ao projeto em proveito próprio".

O superintendente da Sudam também defendeu o fim da diferenciação entre empresários locais e os do Sul, lembrando que na concessão de recursos a 382 empreendimentos, foram mais beneficiados os de projeto 17, "o que demonstra a tentativa de homogeneizar a defasagem do passado". Kayath disse que para atender todos os projetos que estão na Sudam são necessários 25 milhões de ORTN em 86. E propôs a recuperação da queda verificada entre os optantes do Finam: "De 23.889 em 81, chegou-se a 9.868, em 85. A intenção é buscar os que deixaram de optar e dirigi-los a projetos de artigo 17".

Durante o seminário, o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Roberto Paranhos, defendeu a não-extinção dos incentivos fiscais assim como a consolidação de projetos "saudáveis" já existentes, por ser claro seu efeito multiplicador.